

Ata da 353ª Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 26/05/2025.

1
2 Ao vigésimo sexto dia do mês de maio de dois mil e vinte cinco foi realizado a trecentésima
3 quinquagésima segunda reunião ordinária do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, por meio
4 Híbrido (eletrônico/presencial), com as seguintes **REPRESENTAÇÕES E PRESENCAS: I – PODER**
5 **PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Eudes Quintino de Oliveira Junior (Titular); Belfari
6 Garcia Guiral (Suplente); – **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Carmen Silvia Gabriel
7 (Titular) – **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE –** Alfredo Joaquim de Lima
8 (Titular); **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – REPRESENTANTES DOS**
9 **SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Adilton Dorival Leite (Suplente); Leandro
10 Oliveira (Titular); Valdemir Vieira (Titular); Marcela Millano (Suplente) - **CONSELHOS DE**
11 **FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Carolina Jessica da Silva Salado (Suplente) –
12 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Haino Burmester (Titular); Milton Massayuki Osaki
13 (Suplente) – **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – CENTRAIS SINDICAIS:** Maria Giuliana S. Lima
14 dos Santos (Titular); Ronson William Lorono (Titular); Valdeci Henrique da Silva (Suplente);
15 Jonathan Faleiros (Titular) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Aline Oliveira Costa
16 (Titular); Sheila Ventura Pereira (Titular); Nadir Francisco do Amaral (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES**
17 **DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Danilo Moretti Ferreira (Titular) – **MOVIMENTOS POPULARES**
18 **DE SAÚDE:** Marileide Sousa Silva Luna (Titular); Dimitri Auad (Suplente); Maria Zélia de Brito Souza
19 (Titular); Ledivan Lopes Seabra (Suplente); Tereza Aparecida Machado (Titular); Walter Francisco
20 Barros (Suplente); Dora Martins dos Santos (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES –** Cirlene
21 Souza Machado (Titular) – **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE –**
22 João Inácio Mildner (Titular); Jorge Luiz Nunes Florindo (Suplente); **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA –**
23 **I – PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE -** Claudia Vieira Carnevalle (Titular)-
24 **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Ângela Maria Bacha (Titular); Carmen Cecília de
25 Campos Lavras (Suplente); Deisy de Freitas Lima Ventura (Suplente) - **III – REPRESENTAÇÃO DOS**
26 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA**
27 **DA SAÚDE: - CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Waldecir Paula Lima
28 (Suplente); Luciana Canetto Fernandes (Titular); **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:**
29 Sergio Tamai (Suplente); Dalila Viana de Freitas (Titular); – **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:**
30 Juraciara Fonseca dos Santos Morcillo (Titular) - **AUSENTES – I – PODER PÚBLICO – SECRETÁRIOS**
31 **MUNICIPAIS DE SAÚDE –** Michelle Luis Santos (Titular); Roberta Aparecida da Silva Meneghetti
32 (Suplente); Elaine Cristina Toni Xavier (Suplente) – **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE**
33 **SAÚDE – ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** Gisele Dominicci Silva de Moraes (Suplente) - **ENTIDADES**
34 **COM FINS LUCRATIVOS:** Inaldo Rocha Leitão Filho (Titular) – **III – REPRESENTAÇÃO DOS**
35 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE** Ricardo de Oliveira (Titular); Katia Aparecida dos Santos Araújo –
36 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – - CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO**
37 **PROFISSIONAL:** Viviani dos Santos Fontana (Titular); **IV – REPRESENTAÇÕES DOS USUÁRIOS –**
38 **CENTRAIS SINDICAIS:** José Osvaldo Pereira dos Santos (Suplente); Célia Regina Alves Castello
39 Folhas (Suplente) - – **IV ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Clarísia Viscardi Moniz
40 Ramos (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Cristiane Daniel (Suplente);

41 **ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:** Ana Maria Martins Soares (Titular); Maria
42 José Majô Jandreice (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS POPULARES DE DEFESA DO**
43 **CONSUMIDOR:** Juliana Peneda Hasse (Titular); Maria Eugenia Ferraz dos Amaral Bodra (Suplente);
44 **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:** Rubens Alves Pinheiro (Suplente). Estabelecido o quórum, o Dr.
45 Eudes, dá as boas-vindas e abre os trabalhos do dia informando a presença de três promotores
46 um presencial e dois online promotores ligados e coordenadores das áreas da infância e
47 juventude, da área dos idosos, da área de pessoas com deficiência e também da saúde mental,
48 para que todos possam ter uma noção ou uma abrangência da dimensão do trabalho realizado
49 pelo Ministério Público na área da saúde esclarece que o Dr. Reinaldo Mapelli que é o
50 Coordenador Geral do Ministério Público referente aos assuntos da saúde estará presente a partir
51 das 10 horas e o conselheiros terão a oportunidade para fazer as indagações que quiserem e eles
52 irão mostrar o tipo de trabalho que estão desenvolvendo para que se possa fazer um link entre a
53 atuação do conselho e a atuação do Ministério Público e ressalta que trabalhando juntos os
54 resultados serão maiores. Conselheiro Belfari solicita ao Sr. Eudes que faça um breve histórico do
55 seu artigo sobre o DNA do Brasil. Dr. Eudes comenta que os pesquisadores da USP fizeram um
56 projeto no sentido de fazer a leitura do genoma do brasileiro para saber a miscigenação existente
57 e também para ter base a fim de que novas políticas públicas sejam injetadas a fim de buscar
58 solucionar a o problema de saúde no Brasil e esse projeto é muito interessante porque trouxe
59 novas experiências, novos dados para saber qual e ou quais são as nossas raízes e que temos raízes
60 na Europa, no Continente Africano, no Continente Asiático, enfim é uma verdadeira Torre de Babel
61 de essa miscigenação existente no Brasil e esse projeto foi conclusivo no sentido de demonstrar
62 as camadas existentes no Brasil e além disso as doenças referentes a cada tipo de raça e com isso
63 a intenção é buscar uma medicina de precisão, quer dizer, é aquela medicina que vai ser
64 necessária e útil para determinada categoria mas para outra categoria não vai ser útil, porque ela
65 já vem com o endereço certo, recado certo e com os destinatários certos e isto faz com que em
66 termos de políticas públicas e aqui em torno do Brasil a possamos dar continuidade a esse estudo
67 e localizar, por exemplo Norte Nordeste tem um determinado tipo de doença que é diferente do
68 Sul então a política pública para aquele local vai ser diferenciada isso tudo em razão do genoma o
69 DNA ele é inconfundível hoje tem como demonstrativo uma carteira de identidade que é um
70 documento de identidade mas o documento maior que temos é o que está dentro da todos, mas
71 não trabalhamos ainda com o documento interno e só com o documento externo que é a nossa
72 fisionomia, mas o mais importante é aquele que está dentro que é o nosso DNA, ele é que traz
73 toda a sequência histórica familiar dos nossos ancestrais para os dias presentes então é muito
74 importante esse estudo e pede para repassar o artigo para os membros, porque ele traz subsídios
75 interessantes para a formatação de políticas públicas e informa ainda que escreve toda semana
76 para um jornal aqui no Brasil chamado Migalhas que é o maior jornal jurídico do País, há mais ou
77 menos aos 15 anos tem mais de 800 artigos. A Conselheira Marileide coloca que vem sugerindo
78 ter um trabalho de comunicação entre o judiciário e a saúde e que esse diálogo entre saúde e
79 justiça é imprescindível para progredir nessas iniciativas. Conselheiro Dimitri, informa que apesar
80 de ter requerido uma milhão de vezes a correção de uma ausência ou falha na redação da minuta

81 de revisão da Lei do Conselho aprovada por esse colegiado no primeiro semestre de 2024, E,
82 depois de ter escutado que o assunto estava resolvido e encerrado pela Secretaria do CES em abril
83 de 2025 comunico que até a presente data não recebi a nova publicação com a devida correção.
84 Assim e mediante a esta falta, comunico que espero recebê-la providencialmente antes da
85 próxima reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde, outrossim, que além do remeter
86 concomitante as conselheiras e conselheiros, é mister encaminhar à ALESP. Em tempo, o retorno
87 que espero é exclusivamente o envio da publicação retificada, informa também que em relação à
88 ata da visita do Heliópolis, foi concluída em abril de 2025 e que propôs o envio na reunião passada
89 o que não foi possível assim contava com o seu encaminhamento na convocatória de maio de
90 2025 por outro quer entender que ante ao recente edital da Secretaria Estadual da terceirização
91 (03) três unidades hospitalares se tornou desnecessário se fez ultrapassado pois o Hospital
92 Heliópolis é uma das três unidades que entrou para a terceirização e que o CES deveria estar
93 previamente participado ou consultado. Em regime de votação a aprovação da Ata nº 352 da
94 reunião ordinária de 28/04/2025. Aprovada por 16 votos a favor um voto contrário e duas
95 abstenções. Passando a primeira pauta que é a aprovação da carta aberta por um SUS melhor pela
96 relatoria o Conselheiro Belfari Garcia Guiral inicia sua fala lembrando um pouco da discussão
97 passada e a propositura do conselheiro Robson coordenador da Cofin sobre o caso do imigrante
98 senegalês que acabou em conflito com a Polícia Militar vindo a óbito né após várias discussões e
99 a pedido de todos e inclusive do conselheiro Robson para que fizesse a relatoria deste documento
100 e após foi entregue para a Secretaria Executiva para divulgação do documento para contribuições,
101 o o conselheiro Robson concorda com os termos da carta aberta e na sequência o Conselheiro
102 Belfari faz a leitura do documento já enviado previamente para o conhecimento dos conselheiros
103 e finaliza esperando ter colocado todas as argumentações solicitadas. A conselheira Marileide
104 concorda com o texto e faz algumas observações no sentido de fazer uma discussão incluindo os
105 sujeitos de direito, uma carta única com a assinatura da Secretaria de Igualdade Racial, com os
106 Direitos Humanos, onde essas pessoas que têm representatividade LGBTQ mais as pessoas que
107 vivenciam o problema tivessem as ações interventivas para estar resolvendo o problema em
108 relação à moradia digna e ambiente saudável e tudo isso implica na saúde e considera que essa
109 carta deveria ter outros atores, pontuando questões mais assertivas, com mais contribuições e
110 com ações para ajudar a corrigir os problemas e tirar do papel, inclusive com outras populações
111 que vivem os problemas, pois assim a carta teria maior notoriedade, mais peso. Conselheira Maria
112 Zélia que concorda que de uma Moção virou uma Carta, ainda que o que o texto esteja bem escrito
113 e questiona quem irá receber essa carta? se será publicada no Diário Oficial? E faz algumas
114 considerações sobre a desocupação na região do Cebolão, a violência truculenta, etc... e nesse
115 momento cai sua conexão e quando retorna finaliza defendendo a posição do cidadão que também
116 era um trabalhador, enfim a conselheira estava com muita dificuldade de se manter conectada e
117 é instruída a manter a conversa no chat. Conselheiro Leandro, inicia sua fala colocando que
118 acompanhou toda a discussão anterior e apesar da carta estar bem escrita no seu ponto de vista
119 é um insulto a memória de um trabalhador negro que foi morto pela polícia do Estado de São
120 Paulo que não está preparada psicologicamente para lidar com pessoas pobres e pessoas negras

121 e que a carta descreve todos os trabalhos dignos e que o trabalhador não tinha carteira assinada,
122 não tinha nada, entre outras colocações e finaliza dizendo que a carta sai totalmente fora do
123 padrão que estava sendo discutido pelo Conselheiro Robson. Conselheiro Dimitri, coloca que a
124 carta tinha um foco e houve um desdobramento e que por trás da dessa violência existe um
125 despreparo da academia de formação Segurança Pública que precisa ser repensada, as falhas da
126 Educação, etc. e que defende a abordagem da carta que abre também para violência da população
127 a comunidade LGBT e ressalta que a violência não é restrita somente à população negra, que existe
128 violência à pessoa idosa, as pessoas com deficiência, a população PCD que também cabe ser
129 aprimorada, e diz que concorda com a carta, porém foge um pouco do foco, mas está muito bem
130 escrita, faz algumas considerações e sugere que fazer duas cartas; uma específica sobre o assunto
131 em pauta e outra mais abrangente. Conselheira Sheila é contemplada na fala de todos, e coloca
132 que como exemplo uma audiência pública em relação à educação para ter assistência social e
133 psicólogos nas escolas e que a questão da saúde está sempre a parte nesses pontos dentro da
134 escola, é de opinião que os professores devem conhecer melhor as patologias das pessoas com
135 deficiência para poder fazer uma inclusão do aluno e relata o caso da criança autista que morreu
136 dentro da escola por questão de bullying e crianças que chegam com deficiência e não tem todo
137 um aparato e a questão da desigualdade racial é cada vez mais presente em todos os segmentos,
138 como na questão da saúde da população negra, na questão da morte materna nas mulheres o
139 mioma, na questão do trabalho e a saúde mental dos trabalhadores cada vez mais prejudicadas e
140 sem ações efetivas pela Secretaria Estadual de Saúde, menciona a conferência da igualdade racial
141 Estadual que acontecerá em julho e a saúde está presente nessas discussões e que é preciso
142 estreitar as conversas entre secretarias intersetoriais para pensar em ações conjuntas, enfatiza
143 que o que foi colocado lendo nessa carta não vê como acolhimento e que o caso do senegalês não
144 é um caso isolado que é preciso pensar em ações estratégicas com as secretarias. Conselheiro
145 Nadir que comenta que essa carta dá abertura para outras discussões, inclusive sobre o trabalho
146 e o preconceito das pessoas 50 e 60+, é de opinião que na carta escrita pelo Conselheiro Belfari
147 está faltando falar sobre o **idealismo** que a cada dia aumenta mais e na conferência da pessoa
148 idosa no município de São Paulo não se comentou sobre o trabalho da pessoa idosa e isso é saúde
149 mental para idoso que não consegue trabalhar, é uma violência e exclusão e que o preconceito
150 existe em todos os segmentos e sugere que a carta pode ser um pouquinho mais incisiva e pede
151 para que se coloque o **idealismo**, o preconceito contra a pessoa idosa que isso é saúde para a
152 pessoa idosa e interfere na saúde no cognitivo. Conselheiro Walter, que se sentiu contemplado na
153 fala do conselheiro Dimitri sobre pessoas idosas pessoas com deficiência e acrescenta que o
154 desrespeito já começa dentro do próprio lar, em estacionamento de supermercados, de shopping
155 e pessoas com deficiência idosos são os mais desrespeitados e faz uma paralelo com as ações da
156 polícia (civil e militar) de antigamente e truculência da atual, que existia a prevenção e orientação
157 e que atualmente falta muito o trabalho psicológico para os profissionais, entre outras
158 considerações. Conselheira Maria Zélia, coloca que tem várias questões para a carta, porém está
159 com a conexão ruim, e sugere criar um GT entre os conselheiros, a Secretaria Executiva e o
160 conselheiro Belfari, para um debate. Conselheira Teresa, sugere passar na mesa diretora, pois é

161 de opinião que o assunto deva ser discutido na comissão de políticas, porque se trata de políticas
162 públicas e faz algumas considerações sobre o preconceito, inclusive com a mulher. Conselheira
163 Juliana esclarece que foi contemplada em muitas falas, mas fala sobre a importância de não perder
164 o foco e que todos os temas são relevantes e coadjuvantes com as tarefas do Conselho Estadual
165 de Saúde e o ativismo que cada um pratica, e enfatiza sobre as diversas formas de violências e
166 que além de 16 dias depois da morte do senegalês do Nagamni Mabaini morreu uma trabalhadora
167 ambulante assassinada na porta de sua casa, Neide Aparecida Rodriguez morreu porque era
168 testemunha ocular da agressão que levou à morte do trabalhador senegalês, foi executada com
169 um tiro na cabeça. Conselheiro Belfari agradece por todas as considerações, porém sente-se
170 incomodado não pelo fato de refazer o documento, e esclarece que o referido documento foi
171 enviado para todos os conselheiros e ninguém se manifestou com nenhuma contribuição, houve
172 um silêncio geral e agora cobram ações que são do CES, porque quando se propõe a fazer um
173 documento aberto, tem que ser abrangente para que se possa, inclusive como a conselheira
174 Marileide colocou procurar estes coautores ou os atores principais colocando seus
175 posicionamentos e não como estratégias, pois esta ação é coletiva e com um documento nas
176 mãos porque senão vira a posição pessoal e dessa forma chegar a todos estes órgãos e quanto a
177 colocação do Conselheiro Leandro no que diz respeito a insulto, ressalta que jamais foi essa a ideia,
178 pelo contrário não haveria motivo de tanta discussão para fazer este insulto fora de padrão,
179 esclarece que quem recebe esta carta, está escrito no final da carta, será o Poder Executivo seja
180 ele Estadual ou Municipal, os 645 municípios e a sociedade civil quem fará é o CES, porque senão
181 vira letra morta e propõe para o documento seja uma construção coletiva seja retirado da pauta
182 e levar para a comissão de políticas, com a autorização da presidência e após algumas colocações,
183 inclusive com concordância do coordenador da comissão de políticas, o documento foi retirado
184 de pauta. Para aprovação o segundo item de pauta que é a aprovação do regulamento das macros
185 regionais. Em regime de votação: Aprovado por 18 votos a favor nenhum voto contrário e uma
186 abstenção. Com a palavra o Dr. Eudes que dando continuidade apresenta aos membros do
187 conselho o Dr. Reinaldo Mapele Promotor de Justiça e ocupou o cargo na Chefia de Gabinete da
188 Secretaria e tem uma aderência natural na área da saúde em razão do cargo que ele ocupou além
189 de ser um promotor muito atuante, muito ativo e muito dinâmico e isso tudo favorece um clima
190 de aproximação e fazer uma ligação com o Ministério Público a fim melhores condições e trabalhos
191 realizados no âmbito da saúde e para que cada membro do conselho saiba a extensão da
192 dimensão do trabalho realizado no Ministério Público e conseqüentemente poder se valer dessa
193 instituição para conseguir atingir pretensões relacionadas na área da saúde e termina
194 apresentando também as promotoras a Dra. Elisa e a Dra. Maria Alzira Alvarenga que estão online
195 e também poderão ter as suas participações trazendo subsídios, elementos e informações
196 necessárias e passa a palavra para o Dr. Reinaldo que agradece o convite e a oportunidade de falar
197 no Conselho Estadual de Saúde e esclarece que a Dra. Maria Alzira coordena a área do idoso e os
198 casos individuais cíveis do Ministério Público e a Dra. Elisa coordena a área da Educação, Infância
199 e Juventude e também Dra. Bruna não está e coordena a área Inclusão Social e continua
200 explicando que tem no Ministério Público a Procuradoria Geral de Justiça que é a Chefia e estão

201 na Assessoria do Procurador Geral, num órgão que se chama Centro de Apoio Operacional - CAO
202 que assessora o Procurador Geral ou Ministério Público do Estado e também os Promotores de
203 Justiça, com relação aos promotores vale destacar que em toda cidade tem pelo menos um
204 promotor de justiça trabalhando numa área específica que lida com saúde em cidade maior tem
205 mais de um, mas sempre tem um promotor para cuidar de política de idoso, de criança, do
206 adolescente, de pessoa com deficiência, saúde pública e direitos humanos, esses promotores
207 frequentemente entram em contato quando há algum problema de saúde ou a fila da espera da
208 regulação está muito longa ou um problema na rede na RAPS de atenção de saúde mental e tem
209 clara que judicializar não resolve e ações judiciais não resolvem os problemas e que há vários
210 instrumentos que o promotor de justiça tem que pode induzir políticas e deu como exemplo: Se
211 receber do conselho dados de uma determinada região ou qualquer outra situação ele tem
212 condições de ligar para o promotor que está na cidade para ajudar e se coloca sempre à
213 disposição, ressalta a importância de melhorar as políticas no Estado e na sua opinião o que a
214 promotoria precisa é de informações e está faltando conversar regionalmente com as DRS's, com
215 as secretarias municipais de saúde e ajudar na construção nas redes de atendimento, a exemplo
216 de moradia, serviço social, saúde, etc.... e finaliza afirmando que o Ministério Público pode ajudar
217 nessas construções. Conselheira Teresa Machado que coloca na região do DRS-9 de Marília tem
218 um problema muito sério em relação às políticas públicas para idosos, a falta de leitos de LPI grau
219 três, etc. e informa que Ministério Público Estadual manda tudo para o conselho tomar uma
220 atitude e recebeu um processo já julgado (sobre leitos) e se não tomassem as providências iriam
221 pagar R\$ 500.00 de multa por dia, ressalta ainda a importância do olhar do judiciário para a
222 situação dos idosos, entre outras considerações e faz um apelo ao promotor para levar essa
223 situação e questionamento para outras instâncias, para quando discutir sobre as políticas dos
224 idosos que vejam com um olhar mais apurado que é a realidade do País e do Estado de São Paulo.
225 O Conselheiro Dimitri se manifesta querendo entender qual será a metodologia de trabalho para
226 o diálogo com o Ministério Público. Com a palavra Dra. Maria Alzira que fala sobre a preocupação
227 da criação de leitos em LPI grau 3 e esclarece que realmente foi ajuizada uma ação pela promotoria
228 do idoso referente especificamente a esse assunto e que há uma defasagem enorme de vagas e
229 foi deferida uma liminar pelo Tribunal de Justiça que havia sido inicialmente negada pelo juiz de
230 primeiro grau, mas o Tribunal de Justiça concedeu essa liminar determinando a criação de vagas
231 que parece que foram 30 vagas em 30 dias e em 60 dias mais 30 e o objetivo e a ordem judicial é
232 zerar a fila, talvez não se consiga zerar, pois há uma demanda reprimida e com esse pedido há
233 vagas, mas já é um avanço e que o Ministério Público está atento e tomando as medidas cabíveis
234 tanto na esfera judicial e que tem ido às reuniões do Conselho Estadual do Idoso o que tem se
235 tratado são os preparativos da conferência e que talvez de agora em diante ela e o Dr. Mapele
236 possam articular algo no sentido de uma resolutividade maior também no Conselho Estadual do
237 Idoso e que Ministério Público está atento é parceiro e sabe que essa responsabilidade é do
238 município principalmente e finaliza se colocando à disposição para novas conversas e passa a
239 palavra para a Dra. Elisa que se apresenta como promotora da infância e juventude em Campinas
240 há 27 anos e atualmente ocupa o cargo de coordenadora do Centro de Apoio da Infância e

241 Juventude e reitera as do Dr. Mapele, sobre a atuação na assessoria da procuradoria geral e
242 também como assessora na atuação dos promotores da execução e que não atua em processo e
243 não são órgão de execução e fomentam as políticas públicas e informa que terá que sair mais
244 cedo, mas o que seja de apoio da infância o juventude a participação está aberta e inclusive tem
245 algumas preocupações, algumas metas e que gostaria mesmo de se aproximar do Conselho
246 Estadual de Saúde e agradece a oportunidade e o Dr. Mapele faz mais algumas considerações
247 sobre a qualificação e a necessidade da informação. O secretário executivo pede objetividade nas
248 perguntas lança o desafio aos coordenadores de comissão que levem o assunto para discussão em
249 suas comissões para subsidiar o Dr. Eudes, passar essas informações para o Ministério. Conselheira
250 Marileide informa sobre um mapeamento realizado no município em questões pontuais e levou
251 para a Dra. Dora, o que serviu para fazer algumas cobranças e deixa essa sugestão como caminho
252 para levar informações para o Ministério e o segundo ponto seria um local de formação, de troca
253 da linguagem jurídica com a linguagem médica e criar uma educação permanente para esses dois
254 atores poder trocar Conselheiro Padre João fala sobre a assistência religiosa dentro dos hospitais,
255 a falta de liberdade de acesso aos pacientes por ministros religiosos e padre o pastor só pode
256 entrar das 4 às 5 que horário de visita, informa sobre a Resolução aprovada na época era o Dr.
257 Davi, secretário de saúde na ocasião sobre a assistência religiosa no Estado de São Paulo, mas
258 parece que fazer resolução não resolveu nada para os diretores dos hospitais e pergunta com que
259 área nós podemos dialogar dentro do Ministério Público para garantir a assistência religiosa que faz
260 parte hoje do consenso da saúde integral do paciente e do direito constitucional? O Dr. Mapele
261 responde que é pertinente a questão da formação da medicina e da saúde e escola superior do
262 Ministério Público procura levar muito pessoas da área da saúde para conversar e tem agora no
263 CAL uns bate-papos rápidos e sugere levar pessoas da Secretaria da Saúde Mental da Atenção
264 Primária à Saúde e na sequência fala sobre a importância da espiritualidade na saúde e na vida
265 das pessoas e sugere ao Dr. Eudes levantar a Resolução conversar sobre uma forma de
266 operacionalizar na assessoria da procuradoria geral e fala um pouco sobre sua trajetória como
267 segundo promotor de direitos humanos com atribuição de inclusão social, e que pessoas LGBT,
268 pessoas pretas, situação de rua, transtorno mental e um dos principais problemas é o desrespeito
269 à liberdade religiosa e finaliza se comprometendo a pensar juntamente com o secretário uma
270 forma de ajudar e se propõe conversar sobre o assunto. Conselheiro Nadir, faz pontuações sobre
271 o número de pessoas idosas em São Paulo e interior e a falta de entendimento do que é envelhecer
272 que é muito difícil, pois são penalizados por envelhecer, entre outras considerações e esclarece
273 que a procuradoria de São Paulo pediu para que enquanto conselheiros que fiscalizem e essa é
274 uma das atribuições no Estatuto de Idoso, porém precisam ser preparados para fazer essa ação
275 e não há recurso para isso e outro problema é a falta de conversa, a falta de contato com as outras
276 secretarias que não se conversam e trabalham com esse público idoso e ninguém quer assumir, é
277 um problema sério unir essas secretarias e a procuradoria também precisaria ouvir as outras
278 secretarias que trabalham com a pessoa idosa, precisam de mais aproximação porque senão não
279 se consegue fazer um trabalho casado. Conselheiro Danilo, faz algumas considerações sobre as
280 diferenças e falta de respeito com as pessoas com deficiências e ressalta que estão propondo um

281 projeto proativo na tentativa de verificar as dificuldades do atendimento à pessoa com deficiência
282 nas unidades básicas de saúde e desenharam um projeto de ir visitar em loco unidades básicas de
283 saúde de nove cidades completamente diferentes do Estado de São Paulo, numa tentativa
284 amostral de ver o que está acontecendo e como propor um projeto para melhorar o atendimento
285 dessas pessoas e apresentá-lo Procuradoria Geral do Estado na pessoa com deficiência, para poder
286 sentar e discutir e fazer proposituras através de projetos a serem apresentados para Secretaria de
287 Saúde e depois pra Assembleia Legislativa e solicita um agendamento de reunião para a pessoa
288 com deficiência e uma audiência com quem de direito nessa área. O Dr. Mapelo se dispõe a
289 agendar uma visita com o Procurador Geral para levar o projeto junto com o Dr. Eudes ou do ponto
290 de vista prático uma visita no Centro de Apoio para entender bem o projeto e qual é a ideia porque
291 conseguiriam induzir os promotores do Estado, e a partir daí criar uma estratégia e sugere ainda
292 que uma das coisas que funciona e que resolve muito é o telefone é conversar com o promotor,
293 sensibilizá-lo colocando todas as dificuldades e finaliza enfatizando sobre articular as conversas
294 entre secretarias, que os promotores podem ajudar muito nesse sentido, tendo em vista que ele
295 não tem interferências e nem partido político. Conselheiro Rubens homenageia o Conselheiro
296 Nadir por ter conseguido em 10 dias fazer um trabalho fundamental realizando a Conferência da
297 Pessoa Idosa e sua primeira questão é falar que o idoso são considerados pelos governos e a
298 sociedade como um estorvo, um problema grave para ser cuidado pelas famílias, pela instituição
299 de saúde e ressalta que 2020 quem sustentou a economia nesse país foram os idosos com as suas
300 aposentadorias porque os jovens estavam perdendo emprego e faz mais algumas colocações
301 pontuais sobre a economia e o problemas sérios e absurdo dos idosos no País e a outra questão é
302 da infância e juventude que também está numa situação caótica em relação ao atendimento à
303 criança e ao adolescente, que o município tinham uma boa relação com o Ministério Público, com
304 Dr. Artur Pinto e a Dra. Dora para encaminhar e assim tinha a condição de um diálogo franco, mas
305 agora está difícil as condições e por último é a questão da saúde no município de São Paulo que
306 quem coordena os hospitais mal admite ter uma conversa com o conselho, e que no Estado estão
307 construindo um diálogo e uma reunião a ser agendada, entre a rede municipal e estadual, pois
308 esta relação está um caos, entre vários problemas nos hospitais, Cross, regulação etc., e por fim
309 convida o Ministério Público a se possível ou enviar uma pessoa para participar dessa reunião onde
310 irão discutir a rede hospitalar, regulação outros pontos cruciais. Conselheiro Dimitri declara que a
311 Conselheira Marileide informou que o diagnosticar na rede de atenção à saúde do município de
312 São Paulo apesar de ser desafiador é infinitamente menor quando comparado com o diagnosticar
313 demandar problemas de desafio na rede de atenção da saúde do Governo do Estado de São Paulo
314 e esclarece que 1050 unidades de saúde da capital haver a rede de conselho gestor de saúde que
315 com quase aproximadamente 10.000 conselheiros e conselheiras há várias décadas assegura a
316 sociedade civil organizada ou não também, aos trabalhadores e gestores debaterem a política,
317 planos, programas da área de saúde da capital e de seus projetos obras ações e serviços e fica
318 claro evidente o quão faz dificultoso identificar ou levantar ou diagnosticar pela falta do recurso
319 Conselho Gestor de Saúde no âmbito do Estado de São Paulo e com isto espera que o Ministério
320 Público de São Paulo ponte um caminho para que a população possa se apropriar de dados e

321 informações para a partir de então demandar, denunciar e propor em prol da defesa não só da
322 vida e da saúde mas principalmente da volta do esperar e que as pessoas o procura para falar
323 dos problemas da rede das unidades do Estado, portas das direções das unidades saúde estaduais
324 estão fechadas para escutar, interagir promover debate e a integração e diante disso fica difícil
325 apresentar propostas. e faz mais algumas considerações para programa nacional de saúde para os
326 planos que virão se não temos aos dados e informações. Conselheiro Leandro manifesta o
327 interesse na visão do Ministério Público sobre as OSs e a terceirização dos serviços públicos de
328 saúde no Estado de São Paulo. Conselheira Aline, esclarece que recebeu na Abrale um caso que
329 chegou através do apoio ao paciente sobre exames de sangue que estavam sendo feitos no
330 hospital de transplantes, no Eurípedes, antigo Brigadeiro que estavam apresentando
331 inconsistências, foram realizados através do laboratório contratualizado e com resultados
332 diferentes dos exames feitos em outros laboratórios e com isso a Abrale entrou em contato com
333 o MP, através Dr. Artur Pinto e ele pediu que a vigilância apurasse a qualidade dos serviços desse
334 laboratório que fez uma visita julho de 2024 e apurou graves irregularidades nesse laboratório,
335 como sujidades, mau armazenamento das amostras etc.. e deu um prazo para regularizar, em
336 março de 2025 a vigilância fez uma nova visita e apurou nessa inspeção que as irregularidades não
337 haviam sido resolvidas e o laboratório foi interditado, esclarece ainda que entraram em contato
338 com a Dra. Marcela da Coordenação de Gestão e Serviços, que declarou que o caso já estava sendo
339 acompanhado pela Secretaria e que um novo laboratório seria contratado, mas o caso segue em
340 aberto pelo MP o Dr. Arthur está acompanhando junto com a Abrale. A Conselheira Maria Zélia se
341 manifesta pelo chat, solicitando para reunião convidar a Defensoria Pública para participarem,
342 pois a Defensoria é parte nas garantias do direito do sistema de justiça e urgente essa reunião,
343 pois nesse ano de 2025 é o ano da elaboração dos planos municipais de saúde para os próximos 4
344 anos, que recebem cotidianamente nos WhatsApp pedido socorro para serem atendidos, enfatiza
345 a necessidade de ter as reuniões com a promotoria em seguida de fechar os quadrimestres para
346 mostrar do ponto de vista do recurso, do gasto, da avaliação e o monitoramento em conjunto,
347 pois é muito corajoso da parte da promotoria fazer esse debate judicializar menos a saúde, o
348 serviço, outra questão é a sugestão para fazer comitês para avaliar a questão da judicialização. O
349 Dr. Mapele argumenta que são assuntos bem complexos e que precisaria de umas duas horas para
350 discutir esses assuntos, que o Supremo reconheceu a constitucionalidade das Oss, mas todas
351 essas questões, a terceirização, a fila de espera, os conselhos gestores nas unidades de saúde, a
352 questão da integração e do município com o estado, federal etc, tudo isso já trabalha há bastante
353 tempo, os promotores têm essa preocupação e inclusive tem um Ministério Público Brasileiro, tem
354 um plano nacional de saúde pública, é um plano que foi recentemente atualizado e uma das
355 prioridades é a participação da comunidade nas políticas, tem sempre esse olhar para ter os
356 conselhos funcionando bem, as conferências, enfim o a promotoria tem sempre essa preocupação
357 em todas as áreas e faz considerações à respeito da participação nas conferências LGBT+, do Idoso,
358 etc..., para prestigiar os Conselhos, inclusive porque é a a visão do procurador Geral que
359 incentivado muitos promotores a olharem para a sociedade civil e finaliza agradecendo o convite
360 na pessoa do Dr. Eudes, ressalta sobre a questão da judicialização que não resolve o problemas e

361 se consegue resolver as coisas extrajudicialmente em 99%, agradece e se coloca à disposição para
362 outra oportunidade. Dr. Eudes deixa bem claro a todos que essa aproximação é um marco muito
363 importante para o conselho, o Ministério Público se fez presente na professor na pessoa do Dr.
364 Reinaldo Mapele, como coordenador geral da saúde na instituição e abriu já as portas no sentido
365 de que as pretensões que forem apresentadas aqui e relacionadas diretamente com a saúde e
366 mais ainda principalmente da saúde especializada, essas questões se o conselho entender que é
367 causa de solicitar um auxílio ou uma informação ou um esclarecimento do Ministério Público, pode
368 fazer esta ponte com o Dr. Mapele no sentido de marcar uma agenda a fim de discutir o assunto
369 da própria comissão, e aproveita também para agradecer a Dra. Maria Alzira Alvarenga a Dra. Elisa
370 Camuzo, colegas do Ministério Público e que tiveram a participação e estão confirmando a
371 intenção de colaborar com o conselho, de receber aí algumas informações que sejam necessárias
372 para que possam também levar adiante a a tarefa delas institucional. Dando continuidade à ordem
373 do dia o próximo item de pauta é a indicação e aprovação de dois conselheiros dos segmentos
374 usuários para compor o Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Educação Tecnológica Paula
375 Souza. Em regime de votação a aprovação dos nomes das Conselheiras Marileide e Cirlene como
376 representantes do Conselho: Aprovada por 18 votos a favor nenhum voto contrário e nenhuma
377 abstenção aprovada. Próximo item de pauta é aprovação da recomendação de procedimentos
378 para agendamento de consultas e exames no Instituto de Infectologia Emílio Ribas e quem fala
379 sobre o assunto é o Adilton coordenador da comissão de DST/HIV/Aids e Hepatites Virais, que faz
380 um breve resumo da Recomendação, tendo em vista o adiantado da hora (documento já enviado
381 aos conselheiros), relata que a questão da recomendação é retirada do agendamento presencial
382 no Emílio Ribas que aconteceu a partir de 7 de abril de 25 e a comissão entendeu que essa medida
383 tem gerado impactos negativos expressivos a saúde em especial dos pacientes em situação de
384 vulnerabilidade social cognitiva educacional e digital que é o caso dos pacientes de lá, etc... e
385 solicita a aprovação do pleno e que seja encaminhada a recomendação ao Emílio Ribas e que ele
386 se manifeste. Conselheiro Dimitri parabeniza esta feliz recomendação que no seu propósito e
387 iniciativa dá luz a um grave gravíssimo contexto de injustiça que vem sendo imposta aos excluídos
388 digitais e se vê em vários lugares sendo imposto de forma antidemocrática aos idosos
389 principalmente ente as pessoas em situação de vulnerabilidade social e financeira e faz mais
390 algumas considerações sobre as várias as causas que impedem as pessoas de fazerem o seu
391 agendamento, etc., na sequência a recomendação é colocada em regime de votação: Aprovada
392 por 19 (conselheira Giuliana declarou seu voto)votos a favor nenhum voto contrário e nenhuma
393 abstenção. O próximo item de pauta é a aprovação da professora Ângela Maria Bacha como
394 convidada para a Comissão de Gestão do Trabalho e Funcionamento dos Serviços de Saúde, quem
395 vai falar é o Dr. Milton coordenador da comissão, que inicia declarando que receberam a
396 informação que a a Conselheira estaria se afastando da comissão e na reunião discutiram entre os
397 membros sobre a possibilidade da permanência e da continuidade da participação da professora
398 Ângela como convidada na comissão, e destacou alguns itens de seu currículo para registrar a
399 importância de sua presença e contribuição na comissão e solicita a aprovação. O Conselheiro
400 Rubens estende também o convite para a comissão de políticas públicas, tendo em vista que a

401 conselheiro também já era membro desta comissão. Em regime de votação: Aprovada por 18
402 votos a favor nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, com possibilidade de estender o
403 convite para a Comissão de Políticas. Próximo item de pauta é a aprovação da conselheira Teresa
404 Aparecida Machado de segmento usuário como coordenadora da comissão da CISTT que é a
405 comissão de saúde do trabalhador e da trabalhadora. Conselheiro Robson declara já ter se
406 manifestado por e-mail e entende e defende que essa discussão volte para a comissão da CISTT
407 para garantindo o direito a ampla defesa e contraditório do conselheiro Valdeci atual coordenador
408 da comissão de saúde que na sua opinião pessoal é uma atitude de respeito com relação a todo o
409 trabalho e todo o empenho que o companheiro vem demonstrando e demonstrou o ano passado
410 quando o mesmo foi coordenador da CISTT e que deve ser dada oportunidade ao mesmo de dar
411 continuidade a esse trabalho. A conselheira Marileide é de opinião de quem deveria pleitear seria
412 a pessoa detentora do direito é e não o Conselheiro Robson e deveria ter sido no momento
413 oportuno em que a Conselheira Tereza foi indicada. Conselheiro Leandro que enfatiza o fato de
414 que o Conselheiro Valdeci não está participando das reuniões, mesmo sendo justificado, se tem
415 um regimento é para ser respeitado e se a Conselheira tem a disponibilidade de poder assumir e
416 contribuir tem que ser repensado e buscar o que é o melhor para o conselho. Conselheiro Belfari
417 complementa esclarecendo que o regimento diz tem que justificar a ausência de preferência com
418 antecedência e se não deu tempo até 24 horas posterior à ausência e que o conselheiro ausente
419 não está sendo julgado, pois deve ter seus motivos para se ausentar, mas que a comissão toma
420 uma posição, traz para o pleno homologar e isto não tem demérito nenhum, quando a comissão
421 trouxe a nova sugestão de coordenação ela o traz num consenso de renovação e de trabalho.
422 Conselheiro Valdecir, alega que não se manifestou, primeiro que não estava na reunião que foi
423 definido que não estaria mais e pensa todos tem que trabalhar na linha do respeito da história das
424 pessoas e concorda que às vezes é impossível estar presente e se não esteve presente em algumas
425 reuniões é realmente por estar lutando principalmente pela classe trabalhadora e isso não se pode
426 descartar como eu nunca desrespeitei ninguém e não vou desrespeitar espero que ninguém
427 desrespeite a sua história e deixa claro que está secretário de saúde da CUT do Estado de São
428 Paulo, é vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e região, e tem tentado a todo
429 momento cumprir com suas obrigações e fez mais algumas considerações e finalizou. Conselheiro
430 Rubens, faz algumas colocações a respeito da falta de membros nas comissões e as dificuldades
431 de funcionar, inclusive os GTs por falta de trabalhadores e enfatiza sobre a necessidade de
432 priorizar e encaminhar as coisas como estão no momento e e convidar os conselheiros a
433 participarem mais ativamente nas outras comissões. Conselheiro Walter, informa que a fala que
434 o Conselheiro Valdeci teve na reunião com a comissão acabou corroborando, pois, tendo em vista
435 as várias atividades assumidas não teria a condição e tempo para conciliar e participar da reunião
436 e sugeriu encontrar outra pessoa. Conselheiro Ledivan que faz uma provocação sobre o regimento
437 e as faltas e justificativas do presidente e Secretário do Estado de saúde, da vice-presidente a Dra.
438 Priscila o regimento tem que servir para todos não é só para uns ou para outros e pede coerência
439 nas decisões Conselheira Maria Zélia concorda com o Conselheiro Ledivan e fala que todos os
440 conselheiros estão no CES por livre vontade e assumem as tarefas dentro de suas possibilidades e

441 condições e que merecem respeito e defende as razões do conselheiro Valdeci e faz outras
442 colocações, Conselheiro Dimitri, declara que a dificuldade de representantes do segmento
443 trabalhador indicado por sindicatos no Conselho Municipal da Capital também tem tido conflitos
444 de agenda e a causa é a priorização da luta e das demandas sindicais e acaba comprometendo o
445 andamento das comissões que é preciso saber se é esse o objetivo e isso é o ideal, e o interessante
446 é que eles vivem recorrentemente pleiteando alteração de datas das reuniões para não
447 comprometer sua agenda sindical e isso compromete a vida de outros conselheiros que não são
448 do segmento trabalhador que também tem a sua agenda e entende que é conselheiro e
449 coordenador de uma comissão de um Conselho, a primeira coisa que tem é que estar no conselho
450 e no dia programado e que tem aberto mão de muitas coisas para cumprir o compromisso
451 assumido. Em regime de votação a aprovação da conselheira Teresa Aparecida Machado
452 segmento usuário como coordenadora titular da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
453 e da Trabalhadora. Aprovado por 11 votos a favor, três votos contrário e quatro abstenção. Com
454 a palavra o Dr. Eudes que encerra a reunião agradecendo a participação de todos e deseja que
455 tenham uma excelente semana um ótimo dia e se despede. O secretário executivo passa a palavra
456 para o presidente que encerra a reunião.